



ATA DE REUNIÃO INMETRO

Identificação da Reunião

Página 1 de 7

PLENÁRIA

Data: 03 a 05 de Dezembro de 2013

Local: Salvador / BA

Presentes:

Conforme lista de presença

Ausentes Justificados:

Não houve

Redator:

Bruna Lelli Pamplona (Cored)

Assuntos Tratados

A reunião foi iniciada pelo Dr. Osny Bomfim, Presidente do Ibametro, que agradeceu a presença de todos e colocou-se à disposição para qualquer necessidade que pudesse ocorrer.

Dr. Omer Pohlmann Filho, Coordenador Geral da RBMLQ – I, tomou a palavra, agradeceu a participação de todos e apresentando os novos dirigentes dos estados da Paraíba, Roraima e Pará.

Falou sobre o aniversário de 40 anos do Inmetro e sobre a relevância da participação dos Órgãos Delegados no referido evento.

Esclareceu que na reunião do Conselho Gestor foi deliberado que nas Plenárias apenas os dirigentes terão direito a palavra, destacando que outra pessoa poderá se manifestar através de uma delegação expressa de seu dirigente.

A pauta foi apresentada e, posteriormente, Dr. Ivan Alves Soares, Presidente do Ipem – MG, questionou o cancelamento da reunião com o Presidente do Inmetro.

Dr. Omer Pohlmann Filho se comprometeu em agendar outra reunião, no Rio de Janeiro, explicando que o Senhor Presidente teve problemas de saúde que o impossibilitarão de comparecer a referida reunião.

Os temas da pauta foram iniciados, onde Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou os resultados do planejamento dos anos de 2014 a 2017.

Exibiu os gráficos comparativos da evolução da receita detalhada (2005 a 2013 / detalhada) com o planejado (2014 a 2017), enfatizando toda a RBMLQ – I e, na sequência, informou que existe a possibilidade de aumentar a carga horária das equipes.

Dr. Alexandre Modonezi, Presidente do Ipem – SP, apontou que a queda em muitas metrológicas em seu estado é reflexo das alterações realizadas nos Produtos Pré – Medidos.

Dando prosseguimento, Dr. Omer Pohlmann Filho, apresentou o comparativo da evolução da receita total e da despesa (anos 2005 a 2012 – realizado / 2013 – janeiro a outubro – realizado e novembro a dezembro planejado / 2014 a 2017 – planejado), exibindo os dados de todos os Órgãos Delegados.

Dr. Alfredo Lobo, Diretor de Avaliação da Conformidade do Inmetro, destacou que não está se tendo um crescimento sustentável e sugeriu que seja feito um estudo para se melhor realizar as despesas. Dr. Omer Pohlmann Filho informou que este estudo é realizado.

Dr. Emmanuel Andrade, Presidente do Ipem – PE, apontou as dificuldades de realização de investimentos. Dr. Omer Pohlmann Filho informou que este tema será discutido no espaço administrativo e financeiro, porém, ressaltou que em 2014 haverá o Encontro Diraf com a RBMLQ – I, onde este tema será pautado.

Dra. Camila Koch, Superintendente da SURRS, informou que a superintendência não conseguiu realizar todos os investimentos em função do contingenciamento.

Dr. Omer Pohlmann Filho, aproveitando o momento, informou que o Inmetro realizará uma licitação para contratação de uma equipe de engenheiros, que também atenderá aos Órgãos Delegados, devido à grande demanda.

Dr. Arthur Gaudino, Presidente do Imeq – PB, destacou a entrega dos coletores em seu estado e falou sobre o caminhão que o Imetro – SC irá ceder ao Imeq – PB. Ressaltou a necessidade de orientação sobre licitações e esclareceu que deseja aumentar a quantidade de fiscais em campo.

Dr. Fernando Rossas, Presidente do Ipem – Fort, perguntou acerca da orientação que existe em não se aderir atas de registro de preços. Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que a ata pode ser aderida quando esta adesão está prevista.

Dr. Alexandre Modonezi colocou o Ipem – SP a disposição para também realizar atas de registro de preços.

Na sequência, Dr. Omer Pohlmann Filho, apresentou o quadro resumo do Plano de Trabalho e Plano de Aplicação (exercícios de (2012) Realizado, (2013) Previsto, (2013) Realizado Janeiro a Outubro e (2014 e 2017) Planejado Gerado).

Sobre inadimplência, exibiu o ranking em serviços e jurídico dos Órgãos Delegados (anos de 2012 e 2013), destacando a necessidade de se ter uma meta de redução deste índice.

Dr. Alexandre Modonezi falou sobre a existência de um problema na base do SGI, onde distorce alguns dados, ficando acordado que este objeto será discutido no espaço SGI.

Posteriormente, Dr. Omer Pohlmann Filho exibiu os índices referentes à investimentos e exibiu o tempo médio de fechamento dos Planos de Trabalho e Aplicação.

Finalizando, exibiu a proposta do cronograma de Planejamento e do calendário de reuniões para 2014, destacando que haverá uma votação, no final da reunião, para que a decisão seja tomada.

Sr. Alexandre Soratto, Escritório Inmetro – SC e Sr. Marcio Paiva, Coordenador Geral da RBMLQ – I, substituto, iniciaram a apresentação sobre levantamento da Distribuição da Força de Trabalho da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – Inmetro (FT_RBMLQ-I/2013), onde contextualizaram e destacaram o objetivo do trabalho.

Dr. José do Patrocínio, Presidente do ITPS – SE, enfatizou que, em sua visão, o diretor técnico não está relacionado à área técnica e sim à área administrativa, explicando que este é um cargo de gestão. Dr. Omer Pohlmann Filho destacou a possibilidade de se distribuir o tempo de atuação.

Dra. Camila Koch falou que o trabalho é um grande desafio e sugeriu que cada estado faça o seu levantamento, levando em consideração seus próprios critérios.

Dr. José do Patrocínio destacou que quanto maior o percentual da força finalística, melhor é o resultado e Sr. Alexandre Soratto esclareceu que a equipe impacta no desenvolvimento do trabalho.

Finalizando, foram apresentadas as próximas ações para a pesquisa, destacando o desenvolvimento de estudo para identificar os valores de referência para os percentuais de cada atividade, a incorporação deste levantamento no módulo de capacitação do SGI e a realização de auditoria nas informações recebidas.

Sr. Marcelo Ferreira, Pesquisador – Tecnologista da Coreid, iniciou a apresentação sobre Índice de Sustentabilidade da Financeira da RBMLQ – I, destacando a relação da receita total do Órgão Delegado / Superintendência com as despesas custeadas exclusivamente com o recurso do convênio. Explicou que a despesa total do convênio é feita através das despesas de pessoal e das despesas de custeio.

Na sequência, exibiu a memória de cálculo e apresentou o quadro do índice de sustentabilidade financeira dos Órgãos Delegados.

Exibiu, ainda, o quadro do índice de sustentabilidade financeira dos Órgãos Delegados, com recurso extra – convênio, destacando a memória de cálculo.

Finalizando, explicou que este trabalho visa correlacionar itens, medindo se a operação se paga e em quais condições.

Sr. Léssio Nunes, estatístico da Coreid, iniciou a apresentação sobre o Índice de Produtividade – IP dos Órgãos Delegados da RBMLQ – I, em 2012.

Dr. Omer Pohlmann Filho destacou que este trabalho não está concluído e apontou a sua complexidade. Falou que esta é a primeira versão e que todos podem enviar sugestões.

Sr. Léssio Nunes explicou que o objetivo geral do trabalho é mensurar a relação entre o montante produzido (Produção) por um determinado Órgão Delegado e os recursos consumidos (Tempo) para tal produção.

Mostrou a composição do índice e explicou que elegeu a balança comercial como norte, esclarecendo que ainda que se estude outro instrumento, este será considerando uma balança.

Apresentou os resultados, exibindo em rankings o índice de produtividade, o índice de capacidade da força de trabalho, custo da UBP X receita por item produzido, índice de eficiência financeira e índice de eficiência geral.

Acerca do índice de eficiência geral, destacou a relação da receita, da despesa e da força de trabalho. Explicou que será avaliado qual é o mais eficaz.

Esclareceu que outros itens serão inseridos e que há uma interação com o IBGE, visando dar mais subsídios ao estudo.

Dr. José Autran, Auditor Chefe, iniciou sua apresentação abordando a devida conduta dos agentes públicos federais no período eleitoral.

Apresentou a cartilha elaborada pela AGU, chamando atenção para a publicidade institucional e pessoal e destacando o peso da penalidade.

Falou que se deve atentar para as datas de inaugurações e pronunciamentos em rádio e televisão, pois apenas o aparecimento do candidato já pode sinalizar uma conduta inadequada. Solicitou, ainda, que se tenha atenção com a utilização de bens, espaço físico, pessoas, veículos e recursos financeiros.

Dr. Osny Bomfim abordou a questão do concurso público, explicando que o Ibametro está aguardando a aprovação para a realização do mesmo. Perguntou qual a relação. Dr. José Autran esclareceu que há a necessidade de prever tudo no edital, chamando atenção para o tempo de efetivação.

Dr. José Autran abordou o encerramento do convênio, destacando que as prestações de contas foram prorrogadas para 10 de dezembro de 2013.

Enfatizou que os pontos pendentes nas auditorias internas e técnicas deverão ser sanados.

Finalizando, apresentou os relatórios de auditorias dos estados.

Sr. Marcio Paiva, apresentou os dados consolidados acerca à capacitação da RBMLQ – I.

Dr. Omer Pohlmann Filho, apenas para esclarecimento, falou da aquisição de veículos com recurso do FNDE, esclarecendo que o processo foi ágil e já foi concluído.

Falou, ainda, sobre as auditorias da Cgcre e do projeto Cidades Digitais, solicitando ajuda dos Órgãos Delegados.

Sr. Marcio Paiva apresentou o resumo dos treinamentos realizados e previstos em 2013, ressaltando a carga horária.

Exibiu o calendário de treinamentos para o 1º semestre de 2014, solicitando que se tenha atenção para os treinamentos que coincidirem com os jogos da Copa do Mundo, pois deverão ser remanejados.

Destacou a reformulação do curso de IPNA e abordou o projeto de gerenciamento de capacitação da RBMLQ – I (projeto para implantação no SGI).

Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que todos os agentes deverão ter a devida capacitação reconhecida pelo Inmetro, destacando que a qualificação é determinante.

Sobre a Rede Consumo Seguro e Saúde, Sr. Marcio Paiva destacou o esforço da capacitação, contextualizou e relatou as ações do GT – Brasil.

Abordou os seminários e treinamentos nesta área e destacou os desafios no Brasil.

Falou sobre a proposta de criação de um GT com a participação dos Órgãos Delegados.

Dr. Camila Koch esclareceu que a legislação europeia tem uma metodologia aberta e, no caso do Inmetro, estará restrito aos produtos regulamentados.

Dr. Ivan Alves Soares perguntou qual será o critério de seleção dos Órgãos Delegados para participar do GT. Sr. Marcio Paiva explicou que o membro deverá ter feito o curso.

Sra. Adriane Barbato, Diretora da Qualidade do Ipem – MG, informou que o Ipem – MG está em processo de assinatura de um Termo de Cooperação Técnica com o Procon, ressaltando que, atualmente, eles já tratam de acidentes de consumo.

Dr. Sérgio Maia, Presidente da AEM – MS, falou sobre sua participação no curso e abordou a importância de construção de um laboratório de ensaios para avaliar os produtos regulamentados. Esclareceu que é necessário fazer uma avaliação da demanda de construção de laboratórios.

Dr. Raimundo Parrião, Presidente do Ipem – TO, parabenizou a iniciativa e registrou que mesmo preenchendo todos os requisitos, ele não foi selecionado para fazer o curso. Solicitou que mais vagas sejam abertas.

Dr. Osny Bomfim sugeriu que a região norte também faça parte do GT, pois é importante ver as diferentes peculiaridades de cada região.

Sr. Marcio Paiva destacou que ninguém será excluído, porém é imprescindível que o indicado tenha feito o curso.

Dr. Alexandre Modonezi informou que existe um sistema que fornece apenas os dados estatísticos, mas é importante ter o relato. Dr. Alfredo Lobo ressaltou que é difícil ter o relato devido à confidencialidade.

Ficou decidido que o GT discutirá ações integradas, porém é preciso fazer uma mudança na forma de atuação dos Órgãos Delegados, ver outro foco.

Ficou decidido, ainda, que este GT será coordenado pelo Sr. André Fofano, Assessor da Cored, e pelo Sr. Marcelo Monteiro, Gerente da Dconf, e contará, também, com a participação de 2 (dois) técnicos da RBMLQ – I. Falou – se que este GT poderá atuar na verificação de demanda de necessidade de construção de laboratórios e atas de registro de preços para contratação de ensaios.

Destacou-se a necessidade de adequação do SGI, onde também há a necessidade um GT, com boa base estatística, atuar nesta área.

Dr. Omer Pohlmann Filho ressaltou que este grupo pode atuar também com ações de fomento em hospitais, novos treinamentos e estudo de custo para construção de laboratórios.

Finalizando, Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou a proposta de atas de registro de preços.

Dr. Antônio Carlos Godinho, Diretor de Administração e Finanças do Inmetro, iniciou sua fala informando que está previsto para 13 e 14 de Abril de 2014 o Encontro Diraf com a RBMLQ – I. Solicitou que todos encaminhem temas para discussão, pois caso não tenha pauta, não haverá o encontro.

Solicitou que os provisionamentos que ficaram no convênio anterior sejam feitos no SGI. Destacou que o convênio se encerrará dia 10 de dezembro de 2013 e destacou, ainda, a necessidade de encaminhamento dos bens adquiridos no convênio que se encerra.

Informou que módulos administrativos serão desenvolvidos, onde todos terão acesso a estes dados.

Informou, ainda, que se criou o GT do Módulo Administrativo do SGI, que será coordenado pelo Sr. Claudio Barreto, Assessor da Diraf, e terá como membros os Senhores Paulo Altoé (Ipem – SP), Patrícia Sardenberg (Ibametro), Kátia

Facina (AEM – MS), Jonatan Salomón (SURRS) e Marcelo ferreira (Cored) e como suplentes a Sra. Maria do Céu Paixão (ITPS – SE) e Laertes Coelho (Ipem – PR).

Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que como os membros não dominam todos os módulos, eventualmente, haverá a necessidade de chamar pessoas que domine um determinado módulo, lembrando que a primeira reunião será realizada no próximo Encontro de Informática.

Dr. Antônio Carlos Godinho, dando prosseguimento, apresentou o demonstrativo orçamentário, destacando a receita do Inmetro (crescimento de 7%).

Exibiu o orçamento de 2012 e de 2013, esclarecendo que até o dia 20 de dezembro de 2013 será encaminhado mais recurso, correspondente aos meses de janeiro e Fevereiro de 2014 e finalizando, exibiu, ainda, as transferências para dezembro de 2013 (o que consta no plano de aplicação).

O espaço Profe foi iniciado e Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que as pendências apresentadas estão válidas até novembro (crédito constituído – tudo que há na RBMLQ – I de cobrança – sem reajuste).

Dr. Marcelo Silveira, Procurador Federal, iniciou sua fala destacando que será discutido no próximo Encontro de Informática, na oficina jurídica, a questão da assinatura digital no coletor de dados.

Dr. Carlson Gomes (Presidente do Ipem – RN) perguntou se existe a possibilidade de se determinar que todos façam por edital. Dr. Marcelo Silveira explicou que é específico para instrumento não localizado. Dr. Carlson Gomes sugeriu que o procedimento seja realizado de 6 (seis) em 6 (seis) meses.

Dr. Marcelo Silveira esclareceu que o edital é a última instância, não garantindo o recebimento do recurso. Destacou a importância de fazer o controle da AR.

Dr. Carlson Gomes informou que as equipes do Ipem – RN que atuam em cidades pequenas entregam as notificações em mãos. Dr. Marcelo Silveira chamou atenção para o desvio das equipes, esclarecendo que este método pode não ser vantajoso.

Dr. Marcelo Silveira, dando prosseguimento, abordou a questão dos créditos aptos à inscrição em dívida ativa, informando que o sistema não possui nenhuma informação. Sr. Antônio Nascimento, Técnico da SURRS, esclareceu que no sistema aparece, apenas, aqueles que cumprem os requisitos para inscrição ou já foi tudo inscrito, destacando que podem ser feitas 2 (duas) análises.

Dr. Marcelo Silveira ressaltou que os Órgãos Delegados que não forem atendidos pela AGU informem à Profe, pois o Presidente do Inmetro, Professor João Jornada, visando dar apoio e força, formalizará à AGU este não atendimento.

Dr. Virgílio Cavalcante, Presidente do Inmeq – AL, falou da implantação do SGI e falou, ainda, sobre a boa resposta que obteve junto à Procuradoria Federal, sugerindo que seja feita uma reunião com os procuradores, visando estimular a atuação e verificar a necessidade de treinamento. Dr. Marcelo Silveira achou a sugestão válida.

Dr. Celso Sabino, Presidente do ImetroPará, perguntou se a atribuição de inscrição em dívida ativa pode ser do Inmetro e não do Órgão Delegado. Dr. Marcelo Silveira esclareceu que esta prerrogativa é da Procuradoria Federal, mas como não se tinha estrutura, os Órgãos Delegados passaram a fazer este trabalho. Destacou que a AGU trabalha diretamente com a Presidência da República.

Dr. Alexandre Modonezi informou que realizou uma reunião com a Procuradoria, visando verificar os erros que o Ipem – SP estava tendo e após a reunião o fluxo melhorou e passou a ter um contato direto. Sugeriu que os outros Órgãos Delegados façam o mesmo.

Dr. Omer Pohlmann Filho ressaltou a importância de tornar os créditos aptos para inscrição.

Dr. Osny Bomfim informou que os dados apresentados do Ibmetro não correspondem à realidade. Sr. Antônio Nascimento informou que os dados apresentados são os com data de envio para cartório.

Dr. Celso Sabino se comprometeu em disponibilizar para a Profe, que encaminhará para todos os Órgãos Delegados, a minuta do projeto de lei.

Sobre erros formais e produtos pré medidos, Dr. Marcelo Silveira esclareceu que o processo já melhorou muito e destacou que a imagem da instituição está ligada a isto. Esclareceu que é importante concentrar os esforços na efetiva proteção ao consumidor.

Acerca do Ofício Escoamento de Embalagens, esclareceu que o posicionamento da Profe é que não deveria ser feito, mas irão reavaliar o caso.

O Espaço Dplan / Cima foi iniciado onde o Sr. Edson Miyata, Técnico do Cima, abordou o curso de formação de agentes de metrologia legal e falou, ainda, do curso básico de metrologia legal, voltado para o público externo (Piloto realizado na SURRS).

Esclareceu que o curso de capacitação de técnicos de metrologia para os servidores do Ipem – SP está em fase de criação.

Sobre o novo curso de agentes metrológicos (CFAML 2014), destacou os princípios inovadores.

Professora Renata Bondim, Coordenadora do Centro de Informação e Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade, destacou que o módulo 1 está voltado para a agilidade pela auto instrução e facilidade. Ressaltou que pode haver alteração no conteúdo programático, pelas áreas de competência e / ou pelo conselho de capacitação.

Foi destacado que o curso é o mesmo, porém sofreu alterações para gerar flexibilidade, visando adaptar-se à realidade dos Órgãos Delegados.

Dr. Emanuel Andrade, falou sobre a necessidade de se fazer um cronograma de curso para os novos servidores e destacou a importância de se realizar uma reciclagem nos servidores antigos.

Dr. Luiz Carlos Gomes, Diretor de Metrologia Legal do Inmetro, ressaltou que ao ser definido o conteúdo necessário para se atuar, todos precisam estar aptos.

Dra. Camila Koch registrou que o curso mais pedido pela SURRS é o Incerteza de Medição.

Dr. José do Patrocínio elogiando a proposta, destacou que há necessidade de fiscais com novas qualificações e falou que precisa-se de equipes capacitadas.

Dr. Miguel Felix, Presidente do Ipem – AC, perguntou sobre a data que o curso será implementado. Professora Renata Bondim registrou que a previsão é que o curso esteja pronto em agosto de 2014, mas ressaltou que o curso antigo está rodando.

Questionou-se sobre o motivo que este curso não está sendo preparado para toda a RBMLQ – I, Sr. Marcio Paiva esclareceu que em São Paulo se teve um decreto que só permitia a atuação caso os técnicos tivessem este curso, mas o treinamento será expandido para todo o Brasil.

Posteriormente, a Sra. Sandra Dias, Coordenadora de Tecnologia da Informação do Inmetro, apresentou o Sistema SERVIR / aplicativo para smartphones, informando que este sistema visa valorizar os estabelecimentos que oferecem melhor serviço ao cidadão.

Professora Renata Bondim convidou a todos a experimentarem o aplicativo e solicitou que encaminhem contribuições críticas.

Dr. Marcelo Silveira informou que a prerrogativa de Agencia Executiva (limite de 16 mil / dispensa de licitação) é para o Inmetro, não abrangendo aos Órgãos Delegados.

Dr. José Carlos Brandes, Diretor de Informática da SURRS, iniciou sua apresentação exibindo o sistema de informações da RBMLQ – I.

Exibiu o quantitativo de acessos ao site de cronotacógrafo e abordou a problemática da emissão de GRU.

Registrou as principais demandas / ações e falou da implantação do módulo de patrimônio, informando que a previsão da padronização em todo Brasil é março de 2014.

Abordou a realização do próximo Encontro de TI.

Dr. Raimundo Parrião registrou a necessidade de se realizar um Encontro Jurídico. Dr. Omer Pohlmann Filho destacou existe a possibilidade de realização deste encontro em 2014.

Dr. Luiz Carlos Gomes iniciou o espaço Dimel falando sobre certificado de calibração emitido pelos Órgãos Delegados. Destacou que o Órgão Delegado faz calibração e deve emitir certificado com sua própria logo, ressaltando que esta atividade não está contemplada no convênio.

Dr. Marcio André Brito, Presidente do Ipem – AM, informou que se equivocou na reunião Conselho Gestor, esclarecendo que o Ipem – AM não utiliza a logomarca do Inmetro em seus certificados.

Sobre verificação subsequente de medidor de energia elétrica, informou que há um plano de ação para todos os regulamentos que estão sendo elaborados e / ou revisados, onde se define todas as ações sobre este tema.

Esclareceu que as concessionárias não possuem a localização de todos os medidores em seu cadastro e o Inmetro necessita saber a localização de todos, esclarecendo que este levantamento tem um custo. Informou que o Inmetro / Dimel revisará a portaria e a SURRS desenvolverá um banco de dados, destacando a brusca mudança na forma de realização da verificação periódica. Informou que foi decidido que a verificação será realizada na concessionária e, quando a supervisão for realizada, o Inmetro coletará os medidores que a concessionária realizou a verificação.

Dr. Omer Pohlmann Filho destacou a importância dos Órgãos Delegados nesta discussão e perguntou se esta alteração gerará receita. Dr. Luiz Carlos Gomes respondeu que ainda não sabe.

Acerca do Campo de Aplicação da Portaria 236, registrou-se que está se aguardando uma reunião com o Sr. Presidente do Inmetro, Professor João Jornada, para uma definição.

Sr. Maurício Evangelista, Diretor – Substituto de Metrologia Legal do Inmetro, falou sobre arqueação de tanques, onde registrou que foi precipitado levar esta atividade para os Órgãos Delegados, pois há falta de pessoal. Esclareceu que a atividade retornou ao Inmetro / Dimel, mas conta com o apoio dos estados da Bahia, Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Destacou que o estado que tiver interesse em realizar esta atividade pode ser treinado.

Camila Koch iniciou sua apresentação sobre o novo edital de cronotacógrafo, exibindo o crescimento de verificações desde sua implantação e enfatizando que o ano mais cresceu foi 2010.

Dr. Omer Pohlmann Filho chamou atenção para os estados que estão zerados, informando que estes ou não estão realizando a atividade ou não estão informando ao sistema.

Dra. Camila Koch ressaltou que se a fiscalização não for realizada, o interesse em criar postos privados não será estimulado.

Dr. Osny Bomfim relatou que estreitou a relação com a Polícia Rodoviária Federal, destacando a produtividade da parceria. Falou acerca da película de segurança e na luz dos faróis, onde o Ibametro solicitou que a Polícia Rodoviária Federal os auxiliasse na medição de ambos.

Dra. Camila Koch falou que no Rio Grande do Sul existe uma determinação para se realizar fiscalização em campo e não apenas em blits.

Referente ao edital de cronotacógrafo, Dra. Camila Koch abordou as melhorias e adequações, ressaltando o acréscimo da definição de empresa instaladora, permitindo que os fabricantes, montadoras e encarregadores executem a instalação e a afixação de selos novos, instalados em veículos novos que fabrica e/ou comercializa (inciso I, do art. 1).

Destacou o reajuste do valor da remuneração a ser repassado ao Posto de Ensaio por cada ensaio metrológico realizado (art. 14) e a adequação do texto para atender recomendação do Ministério Público Federal (inciso II, do item 2.4 do anexo A).

Falou da inclusão da exigência da certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme o disposto na Lei n. 12.440/11 (inciso IV, do item 2.4 do anexo A) e falou, também, sobre a inclusão da exigência de contrato de prestação de serviço de banda larga de internet (letra j, do subitem 2.4.1.1 do anexo A).

Dr. Omer Pohlmann Filho destacou que na reunião do GAT foi sugerido que se incentive a criação de postos no interior, ressaltando que as atualizações sempre estarão no SGI.

Dra. Camila Koch informou que está sendo testado um equipamento que lê a placa dos veículos, esclarecendo que só será abordado quem não possuir o certificado.

Dr. Luiz Carlos Gomes destacou que a Aneel fez uma resolução objetivando que o consumidor possa pedir a concessionária para realizar a leitura da tarifa por horário.

O Espaço Dconf foi iniciado e o Dr. Alfredo Lobo abordou as questões dos blocos de concreto, destacando que os fiscais de metrologia legal tem mais familiaridade com esta atividade. Relatou que os Órgãos Delegados foram orientados pela Dconf que esta atividade fosse realizada pelos fiscais de metrologia legal, enfatizando a importância de se cumprir o regulamento.

Sobre os novos critérios do PNAC, informou que a cada 2(dois) anos se faz a premiação aos fiscais que se destacam pelo desempenho e informou, ainda, que havia um comitê misto, composto por representantes da Dconf, Cored e RBMLQ – I / Dirigentes. Falou que o processo foi muito bem sucedido, porém o comitê concluiu que o processo premiava os profissionais que não se deslocavam para fiscalização. Portanto, outros critérios de reconhecimento foram criados. Comunicou que a próxima premiação será realizada na Plenária do 2º Ciclo de 2014, onde haverá prêmio para a área gerencial e para a área técnica.

Referente ao Selo Amazônico, abordou os problemas na articulação da Suframa com a Sucape, onde estes deveriam identificar produtos objeto de fiscalização. Sugeriu que seja feita, em janeiro de 2014, uma reunião na Região Norte para decodificar os produtos passíveis de certificação e desenvolver os regulamentos. Após esta etapa, informou que será necessário capacitar os técnicos dos Órgãos Delegados para a realização deste programa, ressaltando que o Inmetro auxiliará e ministrará o treinamento. Dr. Marcio André Brito ofereceu o IpeM – AM para sediar a reunião.

Falou, ainda, sobre o aperfeiçoamento das práticas de fiscalização, destacando que a capacidade de fiscalização dos Órgãos Delegados tem um limite.

Dr. Sérgio Maia destacou que as mudanças são positivas, mas esclareceu que não se pode deixar de atuar no varejo.

Dr. Alfredo Lobo abordou a nova forma de verificação, onde forma discutidas as verificações técnicas, na qual se retira uma amostra de produto e verifica se este atende a todos os requisitos.

Acordou-se que haverá a constituição de um grupo de trabalho visando programar e monitorar as modificações. Esclareceu que o GT será composto por 2(dois) representantes do Inmetro e integrantes da RBMLQ – I.

Dr. José do Patrocínio falou que a implantação dos laboratórios de ensaio nos Órgãos Delegados não é uma tarefa simples, destacando que há, também, a questão de pessoal qualificado.

Dra. Camila Koch destacou a pertinência do deslocamento da fiscalização, dizendo que focar apenas no varejo penaliza os pequenos comerciantes.

Sobre a provisão de infraestrutura para uso do código de barras na fiscalização, ressaltou que já foi solicitado aos fornecedores que informem os códigos e esclareceu que através de um leitor se terá acesso ao histórico do produto e a sua identidade.

Dr. Arthur Gaudino pediu orientação sobre a problemática dos pisos, informando que o Imeq – PB estava seguindo a norma da ABNT. Dr. Alfredo Lobo esclareceu que para blocos de concreto há regulamento na parte dimensional, ressaltando que a parte que a ABNT aborda é voluntária, porém agrega valor ao produto.

O espaço RBMLQ – I foi iniciado e Sr. Alexandre Soratto apresentou os projetos da RBMLQ – I aprovados no edital 02/2012 do Pronametro.

Abordo a previsão da publicação do edital 01/2014, que será voltado para profissionais que atuam no país ou no exterior, que desenvolvem atividades no Inmetro, bem como em outras instituições acadêmicas, tecnológicas ou de inovação, incluindo empresas públicas e privadas, que assinem Acordo de Cooperação com o Inmetro e estejam na esfera pública ou privada.

Dr. Lobo chamou atenção para a existência de um comitê externo que possui, apenas, 2 (dois) participantes do Inmetro.

Sr. Alexandre Soratto, representando o Sr. Cassiano Brighenti, apresentou o trabalho: Desenvolvimento e implementação de novas funcionalidades para o sistema de monitoramento da cobertura de serviços da RBMLQ – I (RAIS / CNAE).

Esclareceu que o sistema foi desenvolvido em 2010 para auxiliar o Inmetro e os Órgãos Delegados a identificar o grau de alcance e abrangência geográfica dos serviços delegados no mercado brasileiro.

Assuntos Tratados

Página 7 de 7

Falou das limitações do sistema e esclareceu que o sistema visa desenvolver e implementar novas funcionalidades para o sistema de monitoramento da cobertura dos serviços da RBMLQ – I, alinhadas às necessidades de usuários.

Destacou as etapas do projeto e as ações desenvolvidas e, finalizando, apresentou os resultados alcançados e as próximas ações / resultados esperados.

Sr. Bruno Barboza, representante do ITPS – SE, apresentou o projeto: Implantação e acreditação de laboratório de análise química em brinquedos para controle de segurança através do acompanhamento no mercado, onde destacou que os objetivos do projeto são: validar metodologias por ICP-OES para determinar o teor dos elementos (Sb, As, Ba, Cd, Cr, Pb, Hg, Se) e por GC-MS para determinar o teor de ftalatos presentes nas amostras de brinquedos plásticos, acreditar os laboratórios do ITPS para realizar análise química em brinquedos e implantar um laboratório da RBMLQ-I para atender à demanda da região Nordeste do Brasil.

Posteriormente, falou das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados e finalizando, ressaltou as próximas ações e os resultados esperados.

Dr. José Carlos Brandes, representando o Sr. Andre Resende, apresentou o projeto Fiscalização de Transporte de Produtos Perigosos, onde ressaltou que tendo em vista o aumento significativo de apreensões de alimentos transportados em equipamentos tanques certificados para o transporte dos produtos perigosos, surgiu a demanda da fiscalização dos CIPP (Certificados de Inspeção de Produtos Perigosos) através de sistema computacional.

Explicou que a demanda foi inicialmente levantada pela Polícia Rodoviária Federal (CONARPP).

Esclareceu que o projeto visa fazer o levantamento do processo atual, definir os requisitos necessários para o desenvolvimento do sistema computacional atenda os processos de controle e fiscalização dos CIPP, criar um banco de dados e consulta que disponibilize informações rastreáveis acerca dos veículos e equipamentos que transportam produtos perigosos, possibilitar a integração do sistema a ser desenvolvido com outros sistemas da Cgcre como o projeto acredita e propor solução de mobilidade e automação para a atividade de fiscalização que ocorre na malha rodoviária.

Ressaltou que foi construído fluxos de processos (prática adotada em metodologias de BPM), onde se permite utilizar ferramentas de BPM para melhorias contínuas, treinamento e manutenção. Informou que foi realizada a integração com as bases de dados já existentes no Inmetro e destacou o processo incremental priorizando a disponibilidade de dados para verificação do certificado (CIPP) via Web. Dr. Osny Bomfim apresentou a Experiência do Ibametro na Divulgação do Monitoramento de Acidentes de Consumo, destacando que este sistema é um dos instrumentos utilizados pela Rede Consumo Seguro e Saúde.

Falou do Ibametro Móvel, esclarecendo que o veículo irá percorrer o estado orientando consumidores sobre riscos de Acidente de Consumo e a necessidade de relatar os casos.

Destacou a operação Natal Seguro, enfatizando que a ação será realizada entre os dias 16 a 20 de dezembro 2013, em conjunto com a DIVISA e PROCON e que visa realizar ação de fiscalização em produtos natalinos que representem algum tipo de ameaça ao consumidor;

Os temas gerais foram abertos, onde foram escolhidos como novo membro e suplente da Câmara setorial de avaliação Conformidade os Drs. Arthur Gaudino e Celso Sabino, respectivamente.

Ficou decidido, através de votação, que a Próxima Plenária do 1º Ciclo de 2014 será realizada em São Luís / MA e a do 2º Ciclo de 2014 será em Belém / PA.

Acordou-se que o Encontro de Informática de 2014 será realizado em Goiânia / GO.

Ficou decidido que os Encontros Técnicos ocorrerão em semanas distintas, devido à reunião de cenários.

A reunião foi encerrada.

Próxima Reunião:

Data: 20 a 22 / 05

Local: São Luís / MA